



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 14 de dezembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,13% São Paulo	128.228	R\$ 6,031 (+ 0,86%)	R\$ 1.412	R\$ 6,330	12,15%	12,19%	Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39
0,2% Nova York	124.612	9/dezembro 6,082 10/dezembro 6,048 11/dezembro 5,955 12/dezembro 6,007					

## LEGISLATIVO

Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), relator do texto, se reunirá com os pares no fim de semana para analisar mudanças aprovadas pelos senadores na quinta-feira. Setores insatisfeitos tentarão convencer parlamentares a rejeitar emendas

# Reforma tributária no compasso da Câmara

» RAFAELA GONÇALVES  
» ISRAEL MEDEIROS

Aprovada a regulamentação da reforma tributária no Senado Federal, o relator da matéria na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG), pretende passar o fim de semana em conversas para debater as mudanças feitas ao texto, originário da Câmara.

Lopes se encontrou ontem com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) para conversar sobre o assunto. Ele se reunirá com o Comitê de Reforma Tributária da Câmara amanhã e deve voltar a conversar com Lira na segunda-feira, quando os líderes partidários definirão as prioridades de votação para a semana. Há uma expectativa de que os parlamentares decidam analisar a proposta enviada pelo Senado na terça-feira.

Ao **Correio**, Reginaldo Lopes comentou o texto aprovado na última quinta-feira na Casa vizinha à Câmara. Disse que respeita as mudanças feitas pelo Senado, mas afirmou que discorda de

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sessão plenária da Câmara dos Deputados na quinta-feira: Casa deve votar a matéria na próxima terça

algumas delas. Um exemplo são as bebidas açucaradas — categoria que inclui refrigerantes e sucos. Na opinião do relator, esses produtos deveriam estar dentro

do imposto seletivo para desestimular o consumo. Lopes também avalia que a tributação de carros elétricos tinha um modelo melhor quando saiu da Câmara.

Ele destacou, no entanto, que a progressividade de cobrança com base em quem polui mais, algo que foi mantido pelo Senado, é positiva.



**Nós vivemos numa democracia, num sistema bicameral, com vários atores políticos, sociais que interpretam qual seria o melhor sistema de tributação. Faz parte da vida política, da disputa"**

**Reginaldo Lopes (PT-MG)**, relator da regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados

de inovação, de sustentabilidade, transição ecológica brasileira. Então eu prefiro, se depender da minha opinião, voltar o texto da Câmara", afirmou Lopes.

Após mais de 650 mudanças terem sido acatadas — parcial ou integralmente —, vários setores da economia saíram em defesa do texto votado pelos senadores. Enquanto alguns se articulam para manter as alterações feitas pelos senadores, outros pretendem convencer deputados a aprovar alterações. Nesta etapa, no entanto, a Câmara atua como Casa revisora: não pode mais alterar o mérito do texto, só aceitar ou rejeitar as mudanças feitas pelo Senado.

Para Reginaldo Lopes e a equipe econômica do governo, as exceções que entraram ao longo da tramitação são "naturais". "Nós vivemos numa democracia, num sistema bicameral, com vários atores políticos, sociais que interpretam qual seria o melhor sistema de tributação. Faz parte da vida política, da disputa", pontuou o relator.

"Nós graduamos: quem polui mais paga mais, e quem polui menos paga menos. As mudanças que apresentamos são mais adequadas, dentro da política

## De olho no Congresso / Entenda alguns temas controversos na regulamentação da reforma tributária

**Armas**  
Um dos pontos mais polêmicos na regulamentação da reforma tributária é a tributação extra, conhecida como "imposto do pecado", para determinados bens. Ela seria destinada a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM) e o governo defendiam a adoção do imposto seletivo para armas. Mas o item foi excluído do texto em plenário, em proposição apresentada pelo senador Flávio Bolsonaro. Assim, itens disparem como armas, munições, perfumes e roupas ficaram com alíquota padrão de imposto.

**Medicamentos**  
Uma das alterações feitas pelo Senado afeta o setor de medicamentos. A versão final do texto inclui, entre as linhas de cuidado que terão isenção de imposto, os medicamentos relacionados à diabetes mellitus. O Grupo FarmaBrasil, que representa as 12 maiores empresas farmacêuticas do país, se manifestou contrário ao dispositivo que prevê a necessidade de uma lei complementar para definir a lista de medicamentos que terão alíquota zerada. A instituição atuará para tentar excluir esse ponto na Câmara. Segundo o presidente-executivo da associação, Reginaldo Arcuri, existe

o risco de que medicamentos considerados essenciais não recebam o benefício se o Congresso não aprovar a lei complementar até a data de entrada em vigor da reforma tributária.

**Imóveis**  
O setor imobiliário teve as demandas atendidas na reforma tributária. Na regra específica para imóveis, foi ampliado de 40% para 50% o percentual de redução dos novos tributos. Para locações, só haverá cobrança nos casos de número mínimo de três imóveis alugados e receita de pelo menos R\$ 240 mil anuais. Para

alienações, somente se houver a venda de mais de três operações no ano-calendário a pessoa será enquadrada como contribuinte. A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) avalia que a ampliação das alíquotas e o regime de transição devem garantir maior segurança jurídica e previsibilidade para os investimentos. "A Abrainc reforça a importância da aprovação do relatório no Senado e da manutenção de seus principais pontos na Câmara, assegurando um ambiente de previsibilidade e segurança jurídica essencial para o planejamento e execução

de empreendimentos no país", afirmou, em nota.

**Funerárias**  
Um tema inserido de última hora na regulamentação foi a adição de planos de assistência funerária no regime diferenciado com desconto de 60% dos novos impostos criados pela reforma. A emenda apresentada pela senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) estabelece o desconto para serviços funerários, de cremação e de embalsamamento. Segundo cálculos da Associação dos Cemitérios e Crematórios do Brasil (Acembra), sem o regime diferenciado, a proposta elevaria a carga tributária do setor de 8,65% para 19,88%.

**Substituição tributária**  
Flávio Molinari, sócio da área tributária do Collavini Borges Molinari Advogados, afirma que a emenda que cria o regime de substituição tributária para o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e para a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) vai contra o princípio de simplificação tributária. "O regime de substituição tributária, que hoje tem alguns tributos no Brasil, sobretudo para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), é um regime que torna os tributos complexos, menos transparentes e gera uma série de distorções das bases tributárias e muitos litígios", sustenta.

## CB.AGRO

# Atenção à saúde e ao jovem no campo

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

Trazer o jovem para o campo, capacitar o produtor rural e cuidar da saúde do profissional do campo são os principais objetivos do diretor-geral do Senar/CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Daniel Carrara. No **CB.Agro** de ontem, Adriana Bernardes e Roberto Fonseca conversaram com Carrara sobre os próximos passos do Senar para melhorar a qualidade de vida do agricultor e aumentar a produtividade do agro por meio da tecnologia.

Carrara explicou o projeto Saúde no Campo, iniciativa que tem como objetivo a prevenção e a assistência médica ao produtor rural e à família dele. "Fizemos um diagnóstico em 380 mil propriedades

rurais. Foi possível constatar que a saúde é um grande problema no campo. Apesar de saúde e educação serem as áreas mais capilarizadas no país, identificamos que o produtor rural ainda sente muita falta de apoio", disse.

De acordo com Carrara, o Saúde no Campo é voltado para educação, para a saúde e para a prevenção. "Estamos contratando uma rede de técnicos de enfermagem que vão acompanhar, em um primeiro momento, nosso técnico de assistência de desenvolvimento da Saúde. O Senar, como instituição que leva formação e assistência técnica até o produtor, agora vai levar saúde também", explicou.

Entre os problemas de saúde presentes no campo, Carrara ressaltou uma preocupação com

PEDRO SANTANA / CB



Daniel Carrara: capacitação e assistência para o produtor rural

diabetes, pressão alta e doenças na área da saúde mental. "Nós temos muitos problemas de depressão, de demência nas propriedades rurais. Grande parte disso é em função da falta de atendimento e de um acompanhamento contínuo dessas pessoas", relatou o dirigente do Senar.

O plano da CNA é ampliar o programa para 20 estados até 2025, com mais de 40 mil

propriedades atendidas. "Nós terminamos a formação e capacitação dos técnicos, que já estão em atuação em três estados — Mato Grosso, Tocantins e Bahia. Nesse primeiro momento, abrimos um processo de adesão de mais 10 estados. Já no primeiro e segundo semestre do ano que vem, a nossa meta será de 20 estados. Serão 40 mil propriedades atendidas", explica. O Saúde no Campo tem

um orçamento de R\$ 200 milhões.

Carrara salientou que o propósito do projeto é preventivo e educacional, mas também pode auxiliar no atendimento médico. "Se o técnico identificar um problema sério, como câncer ou alguma coisa mais séria, ele será a pessoa responsável por fazer essa conexão do sistema para o SUS ou a rede privada para que faça o atendimento curativo", ressaltou.

## Capacitação

O convidado do **CB.Agro** também comentou sobre a capacitação dos profissionais dos campos — a "missão original do Senar/CNA", nas palavras do entrevistado. Explicou que existem quatro modalidades de capacitações. Há cursos operacionais, de curta duração, e outros de formação técnica, mais extensos. "Temos uma plataforma de educação a distância muito robusta, que capacita mais de 500 mil pessoas por ano, além de outras modalidades que capacitam os profissionais", detalhou.

O Senar também atua para formar "lideranças rurais". A finalidade é incentivar jovens a entrarem no meio do agro, além de promover tecnologias e inovações. "Temos um programa chamado 'CNA Jovem' que forma lideranças rurais para jovens de 25 a 32 anos. Nós damos uma capacitação em gestão e liderança. Com a tecnificação da agropecuária nacional, esses jovens têm uma visão diferente. Eles têm mais facilidade de captar informações tecnológicas e transformá-las em ações nas suas propriedades rurais", comentou Carrara.

"Então, é um campo fértil para a gente manter o jovem no agro, desde que ele tenha renda. Esse é ponto chave. Tem que ter renda para manter essas cadeias produtivas especializadas. E não estou falando de grandes produtores, mas de pequenos produtores. Com alta tecnologia, eles conseguem deixar essa renda em campo", argumenta o diretor-geral.

\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza